

## AS MÃES PROTETORAS – MULHERES DE ELITE E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS EM CACHOEIRA

Sidnara Anunciação Santana Souza \*

**Resumo:** As Mães Protetoras eram mulheres oriundas da elite cachoeirana que se dispunham a realizar obras assistenciais relacionadas à orfandade. Ainda que carregando sobre si as amarras sociais impostas ao sexo feminino, elas conseguiram ter, através de suas práticas diárias, uma atuação eficaz no cenário público. A projeção que alcançaram confirma que sua participação filantrópica se estendia para além do interesse em atender aos apelos da Igreja ou simplesmente ocuparem-se com uma atividade, elas estavam aos poucos redefinindo seus espaços na sociedade.

**Palavras - chave:** Mulheres, práticas, Cachoeira

**Abstract:** The Protective Mothers were deriving women of the cachoeirana elite who if made use to carry through related assistenciais workmanships to the orfandade. Despite loadingon itself imposed social mooring cables to the feminine sex, them they had obtained to have, through its practical daily, an efficient performace in the public scene. The projection that had reached confirms that its filantrópica participation if extended stops beyond the interest in taking care of to the apelos of the Church or simply to occupy with an activity, them was to the few redefining its spaces in the society.

**Words - key:** Women, practical, Waterfall

As mulheres ditas de elite sempre foram caracterizadas pelo status que possuíam no meio social. Essa posição advinha do nascimento ou casamento. Desse modo, era significativo o pertencimento a famílias bem conceituadas economicamente e, em alguns casos, politicamente também. A mulher poderia contribuir para o reconhecimento social de sua família, isso implicaria em quão bem ela cumprisse suas funções no lar e o quanto fosse respeitável fora dele. Já que sua moral traria grande repercussão sobre o nome da família a qual pertencia, ela precisava, portanto, sofrer constante vigilância e muitas vezes encerrar-se no interior da casa.

Em fins do século XIX as ruas não eram espaços convidativos para as mocinhas e senhoras casadas de famílias ricas. As mulheres que mais frequentavam os lugares públicos, que iam e vinham constantemente, dividindo os espaços das ruas com os homens, eram geralmente aquelas pobres e trabalhadoras. Tratava-se de mulheres que vendiam, lavavam, costuravam... Muitas acompanhadas de seus filhos e filhas e tendo que prover-lhes o sustento

---

\* Universidade Estadual de Feira de Santana, mestranda em História.

sozinhas, por constituírem-se chefes de famílias. Então, a princípio pode-se dizer que o espaço público, de predominância masculina, também era povoado por seres do sexo feminino, que não raro por necessidade financeira faziam-se presentes e adquiriam uma espécie de passe livre pela cidade, dadas as atividades nas quais estavam empenhados. Contudo, logicamente, essas mulheres continuavam sendo vigiadas, cobradas e até mesmo punidas quanto a sua moral.

Entretanto não tardou para que as senhoritas e senhoras das classes abastadas também viessem às ruas. Afinal, já não se tratava mais do período colonial em que se falava das mulheres como integralmente enclausuradas nos interiores dos lares, sem representatividade social. Segundo Márcia Maria da S. Barreiros Leite(1997), a questão era que no século XIX as mulheres de famílias prósperas na maioria das vezes costumavam ir às ruas para frequentar locais que lhes proporcionassem lazer ou conforto espiritual. Sem a necessidade de ganhar o sustento, sua presença no meio público não deveria ser tomada como simples frivolidade. Daí a boa aceitação de mulheres de elite engajadas em obras caritativas. Dessa forma elas estariam cumprindo um dever cristão e ao mesmo tempo realizando uma atividade nobre e digna.

O assistencialismo possibilitava às mulheres uma projeção social para além das idas a Igreja, magazines e chás. Ainda mais, a prática da filantropia feminina não era apenas aceita com tranquilidade, como também era estimulada pela Igreja e patrocinada por pais e maridos.

Outra atividade também desenvolvida por mulheres de elite tinha que ver com a leitura e a escrita. A leitura sempre se fez presente no interior de muitos lares, bem como a escrita bem retratada pelo hábito de produções tais como: Diários, cartas e poemas. As mulheres bastante religiosas liam frequentemente os missais, a Bíblia e toda publicação voltada para a moral e bons costumes. Entretanto, o século XIX testemunhou o alargamento do campo literário feminino. Mulheres escrevendo, tendo suas obras publicadas e participando de revistas. A exaltação às virtudes era comum e algo muito natural no contexto de mentalidades daqueles tempos. Todavia, o fato é que elas estavam saindo dos lares, movidas por uma razão própria que lhes proporcionava satisfação e participação na vida cultural de suas localidades e, mais amplamente falando, do cenário social brasileiro.

Entretanto, nos fins do século XIX, a Igreja reunia forças para lutar contra os novos costumes e atitudes comuns aos tempos modernos. Todo o processo de laicização que ocorria soava-lhe como ameaça. Mesmo tendo a Igreja, sofrido com o fim do Padroado e, o consequente desligamento da mesma com o Estado, ainda tomava para si a responsabilidade de educar e corrigir as práticas populares passíveis de condenação. Então, proveu uma espécie de Reforma eclesiástica na qual motivava a vinda de novas ordens religiosas para o Brasil e

fomentava o ideal missionário e evangelizador voltado para os serviços sociais. Para tanto, a Igreja contou com o apoio das mulheres católicas de setores sociais abastados que se dispuseram a apoiar sua causa. A Igreja já havia construído todo o modelo de comportamento adequado, em especial para as mulheres, que eram tidas como representação do pecado e do mal. Assim como Eva, algumas mulheres precisavam ser punidas e constantemente vigiadas.

*Para as moças o clero católico destinava os colégios femininos, responsáveis por uma educação baseada nas virtudes cristãs. Para as mulheres casadas, as associações de caridade, que por meio do assistencialismo social permitia a socialização de suas integrantes, distanciando-as das novas formas de lazer, além de fomentar uma prática religiosa edificada na revitalização da fé católica. (NASCIMENTO, 2004:26, 27)*

Por meio da prática da caridade, muitas mulheres organizavam-se em associações e reuniam-se frequentemente para executarem tarefas relacionadas ao cuidado de doentes, órfãos, idosos, enfim, de pessoas necessitadas. Naturalmente fazia parte de seus trabalhos a promoção de eventos beneficentes dos quais se pudesse angariar fundos para as obras assistenciais. Estavam assim mais uma vez criadas as redes ou laços de afinidade e solidariedade entre elas. É evidente que estavam submetidas às normas de moral da Igreja e, como suas cooperadoras, tinham a incumbência de transmitir as meninas amparadas uma moralidade. Elas faziam parte do programa sócio-educativo promovido pela Igreja e, eram de fato, peças mestras nesse projeto porque estavam em contato direto com as classes ditas inferiores. Estavam muito próximas aos desvalidos, às crianças abandonadas e, em especial, às meninas carentes. Essas últimas eram necessitadas de mais conforto material e, na visão católica, elas precisavam ser orientadas para a vida a partir da transmissão da moral cristã.

As damas de caridade eram mulheres que pertenciam a associações caritativas e precisavam ser exemplos na sociedade: Eram possuidoras de índole impecável, boa esposa, mãe e boa cristã. Sendo assim, elas zelariam pelos bons costumes e enfatizariam as normas católicas, defendendo a honra feminina em quaisquer circunstâncias.

*Desde os fins do século XIX as mulheres foram chamadas a participar do movimento de reformulação da Igreja Católica, principalmente no que se refere à prática dos sacramentos e das novas devoções. Os membros femininos das elites baianas foram utilizados como instrumento de catequese dada a sua influência na família. (LEITE, 1997: 281)*

Os grupos filantrópicos eram os mecanismos encontrados pelas mulheres de posses para oferecerem seus préstimos ao corpo social. Nesse passo estava envolvido o princípio da caridade cristã. As mulheres sentiam-se totalmente autorizadas a transitar por todos os

espaços onde a prática da caridade pudesse ser executada. Segundo Maria Angela D’Incão (1997), o assistencialismo afastava mulheres casadas dos hábitos das fofocas, confidências, da presença em cafés, bailes e teatros, ou seja, lhe desligaria de atividades consideradas na época como fúteis e mesmo nocivas. A Igreja de fato confiava-lhes três ministérios: submissão, educação e caridade.

Adriana Dantas Reis (2000) fala da Associação das Senhoras de Caridade na Bahia, um projeto que nasceu em 1854. Era uma resposta ao tipo de experiência social permitida às mulheres de elite naquela época. Acreditava-se que a caridade fazia parte da natureza feminina e, em casas de educação, elas poderiam ensinar religião, leituras, pronúncia, escrita, línguas portuguesa e francesa, literatura, contabilidade, geografia, história, regras de civilidade, música e trabalho doméstico (costura, bordados, marcas, etc). Era uma espécie de serviço que acabava por conferir àquelas senhoras um certo status social e porque não dizer, certo grau de satisfação. Se de fato não o julgassem relevante em algum aspecto, não o apoiariam com a disponibilidade de seu tempo e recursos materiais como dinheiro e jóias.

É interessante também notar os níveis de sociabilidades que se formavam entre as mulheres, os mesmos ultrapassavam a questão da classe social. Os elos não se formavam apenas entre as mulheres de elite, mas também entre elas e as desafortunadas que recebiam sua ajuda.

*Em várias oportunidades as mulheres das classes médias e altas vão se ocupar com a existência daquelas que nada possuíam. Às vezes os seus interesses explícitos encobriam uma relação de solidariedade com o ser do mesmo sexo, superando as diferenças de classe. (LEITE, 1997: 126)*

Segundo o Estatuto do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes de Feira de Santana (1908), a Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula, de Feira de Santana, foi criada em 1879 pelo padre Ovídio Alves de São Boaventura, simultaneamente à instalação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes. É interessante notar que, assim como praticamente em todos os casos, as senhoras tinham requisitos muito bem definidos a cumprir. De acordo com os Estatutos do Asilo, a mulher que pretendesse fazer parte da Associação deveria ter reconhecida honestidade na sociedade, usufruir de um meio honesto de subsistência, ser temente a Deus e caritativa.

Tais senhoras de caridade assumiam o papel de disciplinar o comportamento de outras mulheres, sendo estas partícipes de sua classe social ou das camadas populares. Ao adentrarem na associação deveriam efetuar o pagamento de uma jóia de dez mil réis e

anuidades de cinco mil réis. Portanto, o cumprimento das virtudes cristãs teria que vir acompanhado da posse de bens materiais. O status social de suas sócias era notavelmente relevante. Caso contrário, essas mulheres não passariam da condição de meras candidatas. As senhoras da associação de São Vicente de Paula eram presentes e ativas no Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, elas formavam a “phalange do bem”. Em tal tarefa eram notabilizadas não apenas aos olhos dos outros, como também aos seus próprios. Naquelas circunstâncias em que a mulher atuava no fortalecimento da família e da sociedade, ela passava a adquirir uma elevada estima por parte dessas instituições. O conjunto de virtudes sociais e individuais da senhora de caridade instigava sua autovalorização para além dos louvores alheios. Acredito que a filantropia possibilitava, portanto, a essas mulheres o desenvolvimento de um sentimento de satisfação pessoal, até porque as atividades que elas empreendiam não seriam encaradas pelas mesmas como simples passa-tempo ou apenas um ato de piedade cristã. O reconhecimento do marido e dos demais serviria de indicativo para a mulher de que sua ocupação embora não fosse remunerada ou lucrativa materialmente, acabava por configurar-se em uma espécie de serviço, o serviço social. Bonito e elogiável, exatamente por seu caráter voluntário, abnegado e de difícil execução.

Segundo Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos (2007), a associação de São Vicente de Paula originalmente era formada por mulheres provenientes da aristocracia rural, todavia, mais tarde, paulatinamente a direção passou a ser das senhoras de elite dos setores comercial e intelectual. O Asilo de Nossa Senhora de Lourdes foi também palco privilegiado de uma segregação intra-gênero, pois nele as distinções entre mulheres pobres e de elite acentuavam a assimetria de poder e complementaridade de papéis nas relações sociais de gênero e de classes. Tudo isso ocorria apesar da aparente emancipação alcançada pelas senhoras de caridade que assumiram na esfera pública a possibilidade de gerirem os destinos da caridade na cidade de Feira de Santana, como ocorria também em outras localidades com suas respectivas damas de caridade.

*...Esta Associação composta por ilustres senhoras e senhoritas, esposas e filhas de importantes cidadãos que se ocupavam da criação e comércio de gado, comércio varejista e atacadistas, bem como de intelectuais liberais que exerciam na cidade ofícios, como médicos, advogados, funcionários públicos, passava a desempenhar o comando do Asilo, fundando os seus pilares para o apoio à educação da juventude feminina e do amparo às órfãs e às mulheres pobres. (RAMOS, 2007: 69)*

O trabalho da associação envolvia a caridade e atividades como: Administração do Asilo, levantamento de recursos financeiros, preocupação com saúde e higiene das internas. A

Pia União das Filhas de Maria constituiu-se em uma outra associação oriunda da São Vicente de Paula e instalada em cinco de junho de 1895.

Ainda de acordo com Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos (2007), as Filhas de Maria eram moças solteiras que almejavam descobrir a vocação religiosa feminina. Ajudavam ao Asilo com preces e alimento espiritual ao passo que estabelecia para as jovens cristãs uma rotina baseada na honestidade de costumes e cumprimento de deveres. No geral, estavam todas também em prol do crescimento da cidade, uma vez que ajudando as asiladas e enfatizando a moral feminina contribuíam para o fortalecimento das famílias, enfim, da sociedade feirense.

Fazer parte de um projeto modernizador, engrandecer a cidade e prestar um serviço social que fosse modelo. Esses eram papéis bem peculiares aos asilos naquela época e eram enfocados nos relatórios do Asilo Nossa Senhora de Lourdes assim como também nos relatórios do Asilo Filhas de Ana. As senhoras e senhoritas que trabalhavam em conjunto com os mesmos, formando as associações caritativas, tinham de fato metas e procedimentos para alcançá-las bastante similares.

As Mães Protetoras que formavam a Sociedade feminina de caridade na cidade de Cachoeira nos fins do século XIX reuniam senhoras de prestígio da sociedade e, que naturalmente deveriam atender ao perfil de boa cristã, piedosa e de moral inquestionável. Essas mulheres assumiam a responsabilidade, mediante os preceitos católicos, de colaborar na administração da disciplina de meninas órfãs que habitavam o único Asilo feminino da cidade na época: o Asilo Filhas de Ana. Os relatórios do mesmo deixam transparecer o quanto era intensa a participação das Mães Protetoras nas obras. Na verdade, elas eram consideradas as grandes apoiadoras do fundador da instituição: “Espero e confio que continuareis a ser o mais forte sustentaculo d’esta casa, defendendo-a de tudo quanto lhe possa ferir e procurando engrandecel-a aos olhos do mundo...”. (MELLO, 1901: 4)

Cada Mãe Protetora contribuía financeiramente com o Asilo através do pagamento de mensalidades. Elas também promoviam eventos para angariar fundos, faziam-se presentes nas datas comemorativas do abrigo e, comumente, executavam tarefas internas como as relacionadas ao aprendizado das meninas. Entendia-se que eram mulheres bem preparadas para ministrar-lhes noções do comportamento, boas maneiras e prendas que pudessem torná-las no futuro boas esposas e mais zelosas: “... à noite, realizou-se uma sessão magna da sociedade Mães Protectoras, presidida pela exma. sra. vice-presidente, e com a assistência de grande número de pessoas gradas”. ( MELLO, 1897: 11)

Eram para as Mães Protetoras que os relatórios anuais sobre o andamento do Asilo feitos pelo Sr. Antônio Carlos da Trindade Mello, fundador do mesmo, eram apresentados em Assembléia. A elas o fundador dava todo o panorama do que acontecia e o balancete financeiro, incluindo as relações dos nomes de cada senhora atuante na mesa administrativa com os cargos de presidente(a), vice-presidente(a), 1ª secretária, 2ª secretária e uma visitante. Cada ano fazia-se nova eleição para o preenchimento dessas vagas. Normalmente o número de mulheres que entravam na Associação superava o daquelas que saíam. O fato é que sempre havia uma quantidade considerável de associadas.

É bem provável ainda, que as mulheres que participavam das obras sociais do Asilo, se não estivessem concomitantemente atreladas ao ato da leitura ou da escrita ou da partilha das idéias com suas iguais, ao menos estavam passíveis da influência que estas leitoras ou escritoras cachoeiranas certamente exerciam. O fato é que as Mães Protetoras constituíam-se numa Associação Feminina que contava com o aval da Igreja para atuar no espaço social e que através disso tinham a possibilidade de, ainda sem infringir as normas de conduta moral da época, expor seus pensamentos. É claro que, algumas mulheres com certa timidez, produziam obras relacionadas a condições propriamente femininas. É bem verdade que nem todas as senhoras tinham a audácia da Francisca Prager, mas ainda que lendo, escrevendo ou publicando artigos “moralistas” na *Revista das Senhoras*, elas de qualquer sorte, estavam buscando seu espaço de atuação.

Portanto, não seria nenhum exagero afirmar que dessas associações femininas, quer para a prática da leitura e da escrita literária, quer para o exercício da filantropia, formava-se uma consciência acerca das questões da mulher que mais tarde possibilitaria o surgimento de movimentos feministas.

Sendo assim, avalio que algumas mulheres na qualidade de Mães Protetoras que dedicavam o seu tempo e o seu esforço em ajudar a cuidar e educar órfãos no Asilo se utilizaram deste trabalho caritativo exercido na cidade, mesmo que de modo informal, fora do lar, para se tornarem visíveis num espaço que em geral era concebido como masculino, o espaço público. Em parte, o trabalho caritativo foi um mecanismo feminino para projeção social.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

Estatutos do Asylo de Nossa Senhora de Lourdes de Feira de Santana. Feira de Santana: Typographia de São Francisco, 1908.

MELLO, Antônio Carlos da Trindade. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 17 de abril de 1897.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Asylo Filhas de Anna da Cidade da Cachoeira*. Bahia: Typographia: d'A Ordem, 1901.

### BIBLIOGRAFIA:

D'INCÃO, Maria Angela. "Mulher e Família Burguesa". In: PRIORE, Mary Del (org). *História da Mulher no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado / UFBA, Salvador, 1997.

\_\_\_\_\_. *Entre Tinta e Papéis. Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

MELLO, Francisco José de. *História da Cidade de Cachoeira*. Salvador: Editora Radami, 2001.

NASCIMENTO, Márcia Suely Oliveira do. *Órfãs e Desvalidas: as meninas do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana. 1879-1920*. Dissertação de Especialização em História da Bahia – UEFS, Feira de Santana, 2004.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *Timoneiras do bem na construção da cidade princesa: Mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)*. Dissertação de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional/ Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2007.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: Lições do comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado / FCJA, Centro de Estudos Baianos da UFBA, Salvador, 2000.